

IMPACTOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: OS MOVIMENTOS NO CENÁRIO DA LIDERANÇA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO MUNDIAL, A DESACELERAÇÃO DA CHINA E A ELEVAÇÃO DA ÍNDIA

Jonathan Olenik Souza¹

Gabriela Correa²

Maria Eduarda Szymczak³

Carlos Ilton Cleto⁴

RESUMO

A Balança Comercial é um componente importante para o Balanço de Pagamentos do Brasil, por isso, realizou-se essa pesquisa com intuito de observar impactos para o comércio exterior brasileiro, dado a ocorrência de movimentos na conjuntura econômica mundial, no qual observa-se as movimentações da China e da Índia. A partir disso coletou-se dados de suas taxas de crescimento econômico e de suas relações comerciais com o Brasil, para verificar as implicações decorrentes desses movimentos, trazendo o aspecto metodológico quantitativo da pesquisa. Para as bases teóricas, fez-se uma revisão bibliográfica das teorias do comércio internacional e um levantamento das conjunturas chinesa e indiana, sendo a parte metodológica qualitativa. A partir da análise dos dados, objetiva-se demonstrar que a participação indiana é pequena e constante, mesmo com as elevações em suas taxas, e a participação chinesa tem um peso grande para o comércio exterior brasileiro, na qual mesmo com redução em suas taxas de crescimento houve aumento no fluxo comercial. Baseado nas análises, observou-se que a média das taxas de crescimento da China é maior que a da Índia para os períodos já consolidados. Contudo, para o período de previsão, a Índia irá se manter à frente, conforme verificado a partir dos dados coletados. Portanto, projeta-se ter maior visibilidade do fluxo de comércio

¹ Aluno do 5º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2022-2023). *E-mail:* jonathan.olenik@mail.fae.edu

² Aluna do 5º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2022-2023). *E-mail:* gabriela.correa@mail.fae.edu

³ Aluna do 4º período do curso de Negócios Internacionais da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2022-2023). *E-mail:* szymczak.maria@mail.fae.edu

⁴ Orientador da Pesquisa. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* carlos.cleto@fae.edu

internacional, demonstrando a incipiência do comércio brasileiro com a Índia e apontando que o Brasil será impactado positivamente, com essa mudança nas taxas de crescimento indiano, no caso de estreitar os laços comerciais com a Índia.

Palavras-chave: Comércio Exterior. Taxas de Crescimento Econômico. China. Índia. Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos a conjuntura econômica mundial vem se transformando de diversas formas e isso impacta nas relações internacionais de todos os países, sendo o foco da pesquisa a perspectiva econômica. Atentando-se a esse fluxo internacional destacam-se dois eventos: a alavancagem da taxa de crescimento econômico da Índia e a desaceleração da taxa de crescimento econômico chinesa. Vale ressaltar que o período de análise será de 2011 a 2021, consolidado, acompanhado das projeções realizadas pelas instituições responsáveis pelas informações divulgadas, além disso, será tratado da taxa de crescimento econômico e não da dimensão da economia como um todo.

Esses dois movimentos podem ser visualizados em dados estatísticos coletados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tais são as porcentagens de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A partir dos resultados obtidos apura-se a relação econômica com o Brasil, ressaltando que a China é um dos principais países nas relações comerciais brasileiras e, que a Índia, possui relações comerciais com o Brasil quase que inexpressivas se comparado com a China. Nesse contexto, o cenário no qual a economia indiana apresenta taxas maiores de crescimento econômico, seria interessante que se estabelecesse um maior volume de negócios com este país, aproveitando assim, sua alavancagem de crescimento.

Além disso, entende-se que a importância de se atentar ao movimento das taxas de crescimento desses países está em analisar as oportunidades para a realização de negócios, tendo em vista a representatividade que cada país exercerá diante da economia mundial. Assim, a Índia aparece como um parceiro que traz grande potencial para o comércio exterior brasileiro.

A partir de teorias econômicas e de comércio internacional se estabelecerão as bases teóricas e, juntamente aos dados coletados e as análises realizadas, uma melhor visualização a respeito de como os movimentos da conjuntura econômica mundial afetam o Brasil.

Entende-se que a compreensão desses movimentos possui relevância para as discussões sobre os possíveis caminhos que se pode tomar com o comércio internacional brasileiro. Além disso, sabe-se que a Balança comercial⁵ vem demonstrando, desde 2015⁶, *superávits* e isso é um dos fatores que ajuda o Brasil a evitar maiores *déficits* em Transações Correntes⁷.

⁵ É um instrumento de registo e controle das relações comerciais que registra as exportações e importações de bens.

⁶ Conforme dados coletados do Ministério da Economia, referentes a Balança Comercial e o Setor Externo.

⁷ As Transações Correntes mostram o fluxo de Bens Reais, ou seja, movimentação de bens e serviços, incluindo os serviços de remuneração de capitais sob a forma de juros, lucros e dividendos. É composta pelas seguintes contas: Balança Comercial; Balança de Serviços; Renda Primária e Renda Secundária; conforme BPM6, que é o modelo de Balanço de Pagamentos dado pelo FMI.

Dado esse panorama, do movimento entre China e Índia, o objetivo do presente trabalho é demonstrar que as relações comerciais brasileiras com a Índia são incipientes e que há oportunidades para o Brasil aproveitar o crescimento indiano. Ademais, reduziria a dependência que temos em relação ao comércio com os chineses.

A partir dessa concepção, o encadeamento das ideias seguirá algumas etapas, as quais serão: verificar as conjunturas econômicas e taxas de crescimento da China e da Índia a fim de constatar seus movimentos de desaceleração e de elevação em termos de crescimento do PIB⁸, observar as relações comerciais do Brasil com os respectivos países e apontar a necessidade de aumentar o fluxo comercial com os indianos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As trocas internacionais são uma característica da globalização e o Brasil detém de forte importância para manter sua Balança Comercial positiva no Balanço de Pagamentos, visto que, mantendo o saldo comercial positivo, reduz o déficit nas Transações Correntes. Considerando a relação com a China e a Índia, as trocas comerciais brasileiras acontecem por meio de fluxos complexos, trocas explicadas pelos fundamentos das relações de comércio apresentados nas teorias econômicas das relações internacionais clássicas (APPLEYARD; FIELD JR.; COBB, 2010).

1.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A teoria das vantagens absolutas de Adam Smith (1723-1790) tem uma visão que compreende ambos os países envolvidos na troca, pois ela deve ser conveniente a todos os participantes. A vantagem para cada país é construída com as investidas de produção em um produto, procurando fabricar um item com o menor custo no mercado.

Essa especialização maximiza a produção, ao passo que o comércio com outro país aumenta o consumo. Para Smith, a riqueza de uma população é justamente medida por sua produção e consumo, sendo que o bem-estar populacional é melhorado com o comércio internacional.

A teoria das vantagens comparativas foi proposta por David Ricardo (1772-1823), na qual procura expor uma melhor explicação para o comércio internacional, indo além de seu contemporâneo e antecessor Adam Smith.

⁸ As taxas de crescimento econômico são medidas pelo crescimento real do PIB. Portanto, ao se falar de crescimento do PIB equivale a falar da taxa de crescimento econômico.

A teoria ricardiana propõe que as relações comerciais se dão a partir da produtividade e dos custos de produção dos bens. A partir disso o país, ao ir para comércio internacional, foca na produção dos bens X em que tem maior produtividade e menores custos, os quais uma parcela suprirá a demanda interna e outra parcela será disponibilizada para a exportação, comercializando-os com preços que são competitivos e que cobrem os custos produtivos.

Ao focar na produção dos bens X, os bens Y terão uma produção deficitária para suprir a demanda interna no país, serão buscados no comércio internacional mirando em preços que sejam abaixo do custo que se teria para produzi-los nacionalmente. Sendo assim, as relações comerciais, segundo a teoria de Ricardo, se dão a partir dessas vantagens comparativas de produtividade e custos de produção. O ponto chave dessa teoria é a ideia de custo de oportunidade⁹ que será a chave para as relações de trocas comerciais entre países (CARVALHO; SILVA, 2017).

Apresentado pelos suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin em 1970, o teorema de equalização dos fatores de produção defende a visão de que as nações comercializam mercadorias como um modo indireto de comercializar seus fatores de produção. Assim, um país com fator de produção abundante em trabalho procura explorar seus recursos para uma produção voltada à exportação, ao passo que procurará produtos de intensivo capital no exterior para importar.

Considerando a especialização dos países em uma produção que utilize de seu fator mais abundante, um país que se especializa em uma produção X apresenta uma demanda intensiva do fator de produção capital, a taxa de salário tende a cair, pois a demanda por trabalho diminui e a remuneração do capital aumenta em razão do acréscimo da taxa de juros. Em contrapartida, outro país se especializa na produção de Y, que exige uma demanda intensiva de trabalho, tal cenário causa aumento na taxa de salário e redução nos rendimentos do capital.

Um aprimoramento do teorema seria a versão Stolper-Samuelson, na qual a comercialização entre os países beneficia o fator de produção mais abundante em detrimento do fator mais escasso, em cada país. Em uma nação onde o trabalho é abundante, a especialização redistribui a renda entre as parcelas de salários, e o contrário também é válido para uma nação de fator capital abundante (CARVALHO; SILVA, 2017).

Publicada em artigo de Michael Porter, a Vantagem Competitiva das Nações, é uma teoria que explica como países desenvolvidos e seus setores competitivos têm o fluxo de comércio determinado por estratégias empresariais, condições qualificadas

⁹ O custo de oportunidade é a quantidade que poderia ser produzida de um produto A, mas foi abdicada para produzir uma quantidade adicional de um bem B.

dos fatores, demanda e o apoio dos segmentos correlatos. Apesar de ser a teoria que melhor descreve muitos dos mercados atuais, os países estudados apresentam-se em desenvolvimento e detêm fatores de produção abundantes em algum aspecto, assim, a teoria clássica ricardiana ainda mantém uma melhor compreensão de suas vantagens comparativas (PORTER, 1990).

1.2 ASPECTOS CONJUNTURAIS DE CHINA E ÍNDIA

1.2.1 A Conjuntura Chinesa

A economia chinesa atual tem origem da República Popular da China, liderada por Mao Tsé-Tung em 1949. A industrialização chinesa visava superar a produção de outras potências com metas de produção que exploravam a população e produtos de má qualidade. O sucessor de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping, procurou aprimorar o bem-estar populacional e promover uma abertura econômica. Essa abertura reestruturou as figuras da hierarquia chinesa, aumentando a competição entre as empresas estatais e privadas, reduzindo os benefícios e monopólios dos órgãos planejadores (DAMAS, 2014).

A abertura comercial influenciou positivamente a economia chinesa. Contudo, um *déficit* nas contas bancárias gerou um ambiente de inflação no mercado interno. Houve um agravamento da diferença entre a renda rural e urbana *per capita* e o consumo interno não acompanhou o crescimento do PIB. A partir dos anos 1990, a China estava concentrando sua economia na produção em detrimento do consumo, o que a tornou vulnerável ao mercado internacional, sendo ela sensível a crises como a de 2008. Para tentar suprir esta fragilidade a China procurou ocupar seu capital de outra forma: investimentos em seu mercado imobiliário (DAMAS, 2014).

O consumo absoluto chinês estava em aumento, porém as exportações cresciam em uma proporção maior, logo a China estava a produzir muito mais do que consumia. Desta forma, era essencial que a China estimulasse o consumo interno de sua produção.

Em 2007, o ex-primeiro-ministro chinês Wen Jibao, em uma coletiva de imprensa no *Great Hall of People*, havia apontado, frente às novas dinâmicas internacionais, as fraquezas do gigante chinês relacionado ao desenvolvimento inconsistente em diversos setores: uma discrepância no cenário populacional, entre zona urbana e rural; o excesso de investimentos, em quantidade mais do que necessária de crédito, liquidez e superávits em conta corrente; o descontrole do crescimento dos setores primário,

secundário e terciário, além da falta de proporção com o investimento e consumo doméstico. Em suma, estes obstáculos deveriam ser resolvidos com esforços a longo prazo (DAMAS, 2014).

Os incentivos econômicos procuram manter o preço das mercadorias baixo para a competitividade do produto chinês no mercado internacional, assim, o salário dos operários, a propriedade de terra, o capital dos produtores, energia e o próprio meio ambiente, são afetados pelas deturpações nos investimentos.

A desvalorização do Yuan também interfere no rendimento familiar. Com o câmbio depreciado pelo governo, as mercadorias chinesas tornam-se mais competitivas, ao passo que bens domésticos que utilizam materiais do exterior encarecem, restringindo o poder aquisitivo dos chineses.

Conforme a Carta de Conjuntura número 57, publicada em 2022 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o mundo está passando por um período pós-pandêmico de alta inflação e pouco crescimento nas atividades econômicas, o estudo utiliza o termo 'estagflação'. Diretamente interferindo nas produções chinesas, as commodities ao redor do mundo tiveram grande oscilação de preço na pandemia, agravando o cenário do país (BASTOS, 2022).

Assim, ao final de 2022 o crescimento das exportações foi instável, de 10% em setembro caiu para 4,2% em outubro. Ficando evidente também a estagnação do mercado interno, que teve um crescimento das importações de 0,9% em setembro e 0,0% em outubro, além da redução em 23% da receita no mercado imobiliário, setor que permanece em queda desde o início da pandemia, conforme a publicação do IPEA.

Conforme dados *do United Nations - World Population Prospects*, o *site Macro Trends* (2023) organizou algumas comparações históricas do crescimento populacional dos principais protagonistas do comércio internacional. Sendo um dos protagonistas a China, atualmente o país mais populoso do mundo, apresentou um crescimento populacional equivalente a 0,0% no ano de 2022, expondo a inércia de seu aumento. Seguindo as previsões, o país já vivenciou sua explosão quantitativa e a tendência do país é estabilizar sua população. Conforme o estudo da transição demográfica concebida por Frank Notestein (1945), a China está vivenciando o fim de sua 3ª fase, com a desaceleração do aumento da população, redução da natalidade e da mortalidade.

1.2.2 A Conjuntura Indiana

A atual conjuntura Indiana apresenta grandes possibilidades de crescimento, tanto por sua postura geopolítica na região asiática e quanto por adotar uma política externa na constituição de coalizões Sul - Sul. As alianças Sul-Índia são evidenciadas a partir dos projetos de cooperação existentes com o IBAS¹⁰, o G20¹¹ e com outras regiões do Hemisfério Sul, como América Latina e África.

Vale ressaltar que a política externa da Índia é fruto dos vários momentos pelos quais passou o país no esforço de se consolidar como ator regional e internacional. Desde a independência, o país enfrenta dificuldades e desafios para manter sua segurança e estabilidade, e ao mesmo tempo assegurar condições para crescimento sustentável, para continuidade do regime democrático e para sua inserção regional e internacional como potência emergente (GUIMARÃES, 2006).

A evidência e a repercussão que a Índia e seus altos índices de desenvolvimento econômico ganharam nos últimos anos são notórias. O país é reconhecido por suas dimensões continentais, sendo o sétimo maior do mundo em extensão e o segundo em população.

Possui uma das mais antigas e mais complexas civilizações do mundo e, devido a essa imensa diversidade, na maior parte do tempo, o país viveu fragmentado na política e dividido na religião. Os resquícios da demarcação de fronteiras internacionais, sem levar em conta as diversidades étnicas, culturais e religiosas, contribuíram para o surgimento de movimentos separatistas no país, que desde a independência se apresentam como um grande desafio para a Índia (GUIMARÃES, 2006).

A Índia tem progredido significativamente no setor socioeconômico, como sinalizam as recentes pesquisas. De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os anos de 1980 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Índia cresceu 1,6% ao ano, passando de 0,320 para 0,519 em 2010, o que coloca o país na posição 119 dos 169 países dos quais se dispõem dados comparativos. Este índice deixa o país em relativa vantagem com a região da Ásia do Sul que apresenta um índice de 0,516 (2010), estando assim um pouco acima da média regional.

Apesar dos dados disponíveis indicarem uma paulatina melhora dos indicadores sociais, a imensa maioria da população ainda se encontra em condições precárias, com pouco ou nenhum acesso a serviços essenciais como educação e saúde (PIMENTEL, 2006).

¹⁰ IBAS - Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul.

¹¹ O G20 foi concebido, inicialmente, como um fórum de diálogo informal entre ministros de finanças e presidentes de bancos centrais, com o objetivo de reunir as maiores economias avançadas e emergentes para discutir estratégias de estabilização do mercado financeiro global.

O nível de urbanização também é baixo, mesmo que nos últimos anos a taxa de migração do campo para as grandes e médias cidades tenha aumentado. Para Bastos (2008), o fato de a Índia conseguir manter grande parte da sua população no meio rural pode ser explicado, parcialmente, pela reforma agrária colocada em prática nos anos imediatamente posteriores à independência.

Até os anos 80 do século passado, a Índia tinha uma taxa de crescimento medíocre, perto dos 3% do PIB que, somada ao aumento acelerado da população, ficava reduzida a apenas 1,3% ao ano. Nessa época, era impensável tirar os milhões de habitantes desse país da pobreza extrema, primeiro porque o modelo imperante era o de substituição de importações, típico das economias fechadas, e segundo pelo elevado controle do setor público de todas as esferas da economia, emperrando o setor privado com regulamentações e exigência de licenças (MELLO apud RODRÍGUEZ, 2010, p. 9).

Esse quadro só viria a mudar a partir de 1991, quando o ministro da economia, Manmohan Singh, iniciou no país uma série de reformas, o que permitiu a redução das tarifas para importação, o fim das excessivas barreiras para o comércio, a diminuição, de forma drástica, das regulamentações impostas às empresas durante o período colonial, e da carga tributária, com a subsequente abertura do país aos investimentos estrangeiros. Todas essas medidas foram implantadas de forma gradual, mas o efeito que produziram foi rápido: romperam com o dirigismo econômico, aceleraram fortemente a economia, estimularam a livre iniciativa e projetaram o país no cenário internacional (RODRIGUEZ, 2010). Rodriguez sintetiza esses resultados da seguinte forma

O crescimento do PIB se acelerou, a inflação caiu e as exportações aumentaram significativamente. Entre 1950 e 1980, a economia indiana cresceu em média 3,5%. De 1980 a 2000, o crescimento anual acelerou para 5,8% em média. Nos últimos três anos, o crescimento do PIB explodiu, chegando à média anual de 8,4%. O combustível desse crescimento é o setor de serviços, principalmente pelas empresas de tecnologia da informação e indústria. Em um estudo realizado em 2003, economistas do banco Goldman Sachs criaram a sigla BRIC para designar Brasil, Rússia, Índia e China, os países que seriam as grandes potências mundiais em 2050. No estudo, que se tornou um dos mais citados entre analistas econômicos e futurólogos, o Goldman Sachs prevê que a Índia será o país a crescer mais rapidamente nos próximos cinquenta anos. Em quinze anos, a economia da Índia vai ultrapassar a da Grã-Bretanha. Em 2040, será o terceiro PIB do mundo. E, em 2050, a Índia vai corresponder a cinco Japões [...] (MELLO apud RODRIGUEZ, 2010, p. 09-10).

Dessa maneira, mesmo que a Índia enfrente problemas de pobreza extrema, especialmente em áreas rurais e periferias das grandes cidades, e má distribuição de renda, há tendências animadoras que indicam o crescimento de sua economia, como o aumento do PIB.

Além disso, o país tornou-se autossuficiente em produção agrícola e possui hoje uma das maiores equipes de técnicos e engenheiros do mundo, sobretudo nas áreas de software, biotecnologia e energia nuclear (BASTOS, 2008). Para os autores, o diferencial dessas indústrias reside primeiro no fato delas possuírem mão de obra altamente qualificada, e segundo por adotarem tecnologia própria na produção.

Também destacam que, embora mais da metade da força de trabalho esteja concentrada na agricultura, o setor de serviços corresponde à principal fonte de crescimento econômico, respondendo por mais da metade da produção da Índia, com apenas um terço de sua força de trabalho.

O setor de biotecnologia houve um crescimento que pode ser notado nos recentes dados fornecidos pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos (2011): “o setor de serviços atingiu, em 2010, 55,2% da renda nacional, contra 38% entre 1981 a 1991, enquanto o setor da indústria obteve uma participação de 26,3% e o setor da agricultura apenas 18,5%”. Esses índices retratam a nova configuração da estrutura econômica do país.

O governo indiano tem investido fortemente no que o país tem a oferecer de melhor no momento, sua mão de obra qualificada, a competência na área de tecnologia e a proficiência na língua inglesa, com o objetivo de se tornar um grande exportador de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (BASTOS, 2008).

Embora apresente altos índices de desenvolvimento no ramo de serviços, com elevada participação na economia internacional, o país possui graves disparidades internas no campo da educação. No âmbito econômico, parte da Índia urbana compete no sofisticado setor de *software* e biomedicina, enquanto que, outra parte, a da Índia rural, apresenta taxas de pobreza comparáveis às do Haiti e Nigéria e grande número de crianças são malnutridas (WORLD BANK apud BARBOSA; SOUSA, 2008, p. 27-51).

Nesse contexto, o fator decisivo para afirmação da Índia como um grande polo de poder regional, quiçá mundial, centra-se na capacidade de superação dos seus desafios internos, e para isso o país conta com os dois pilares de sua economia: o capital humano e a tecnologia. Visto que os recursos e vantagens que a Índia possui hoje, no que concerne a esses elementos, não podem ser considerados de caráter permanente. Para que a Índia venha explorar plenamente as oportunidades oferecidas pela globalização econômica, deve se concentrar nos investimentos em capital humano e na construção de capacidades (RAY apud BASTOS, 2008).

As relações diplomáticas entre a Índia e o Brasil foram estabelecidas em 1948, logo depois da independência indiana. Tentaram-se alguns acordos diretos de cooperação cultural e de comércio, mas pouco ajudaram a fortalecer o relacionamento dos países.

Porém, ambos assumiram em diversos acordos (Tratado de Não-Proliferação (TNP) de armas nucleares; G-77; NOEI; Unctad e etc), a aproximação desses países se deu, nesse momento, em virtude de compartilharem interesses comuns sobre os temas relacionados ao desenvolvimento e às relações Norte-Sul.

O distanciamento entre os dois países pode ser explicado, internamente, pela preferência de modelo de crescimento adotado por ambos, no qual a Índia estava voltada para dentro, assinando acordos com a URSS e conseqüentemente diminuindo as chances de relacionamento. E, o Brasil, estava focado no desenvolvimento externo, aliando-se aos Estados Unidos a partir de 1964.

Somente após a Guerra Fria e a reestruturação dos dois países que a relação tomou novos rumos. A Índia abandona o modelo de desenvolvimento voltado para dentro e o Brasil passa a ser visto como um bom mercado para os produtos indianos. Ou seja, há um crescimento contínuo nas relações entre os dois países, que pode ser verificada através do aumento de visitas oficiais, de assinaturas de acordos, de trocas comerciais, além da formação de vários grupos de negociação nas arenas multilaterais.

A busca por novos parceiros comerciais foi o primeiro ponto que despertou o interesse entre os dois países e, no primeiro momento, mais por iniciativa indiana do que brasileira. Enquanto o Brasil, após a sua abertura comercial, ficou envolvido com a criação do Mercosul, o Estado Indiano, em virtude do seu contexto regional, precisou buscar parcerias em outras regiões. Até hoje, a Índia não faz parte de nenhum bloco comercial, pois um dos objetivos da Índia era estabelecer acordos bilaterais de livre comércio antes da formação de um bloco comercial único na América Latina.

A cooperação entre Brasil e Índia tem se expandido em diversas áreas, incluindo comércio, investimentos, ciência e tecnologia, defesa e cultura. Essa cooperação tem sido impulsionada pela assinatura de acordos bilaterais em áreas como agricultura, energia, cooperação espacial e facilitação de investimentos. Além disso, é possível observar o papel da diáspora indiana no Brasil e da comunidade brasileira na Índia na aproximação entre os dois países. Essa conexão cultural pode ter contribuído para a construção de laços mais fortes entre as duas nações.

Embora haja um aumento no comércio e nos investimentos, ainda há muito espaço para crescer, especialmente no setor privado. A aproximação entre os setores privados do Brasil e da Índia pode impulsionar ainda mais a cooperação bilateral. No entanto, apesar das oportunidades existentes, é importante observar que ainda há desafios a serem enfrentados na relação entre Brasil e Índia. Por exemplo, as distâncias geográficas e culturais podem ser obstáculos para uma maior cooperação. Além disso, questões políticas e econômicas internas em cada país podem afetar a relação bilateral.

2 METODOLOGIA

A fim de averiguar com rigor as hipóteses levantadas pela problemática das relações comerciais entre Brasil e Índia, utilizar-se-á uma abordagem de aspecto qualitativo e quantitativo. Vale ressaltar que a Índia vem obtendo taxas de crescimento elevadas e que a China vem apresentando enfraquecimento das taxas de crescimento econômico, levantando questionamentos sobre a possibilidade de a Índia liderar o crescimento econômico mundial.

A perspectiva qualitativa consiste em reunir alguns artigos e livros para respaldar a fundamentação teórica e aspectos conjunturais das economias chinesa e indiana. Estas obras tratam das teorias do comércio e economia internacional, as quais ajudarão na compreensão da importância e dos mecanismos utilizados pelas nações em suas relações exteriores. Além disso, serão utilizados artigos científicos para embasar as conjunturas econômicas da China e da Índia. Vale ressaltar que a busca por artigos com informações a respeito da China, foi uma das grandes dificuldades da pesquisa, visto que o país possui um regime político extremamente fechado, dificultando o levantamento de dados.

Há também o aspecto quantitativo, que consiste em reunir dados estatísticos. Em um primeiro momento, buscaram-se as taxas de crescimento econômico dos países asiáticos, as quais são medidas pela porcentagem do PIB, mencionados pelo site do FMI a fim de verificar o desempenho das taxas e visualizar os pressupostos levantados a respeito da desaceleração dos chineses e da Índia com taxas mais elevadas.

Além disso, a visualização da taxa indiana se faz importante para cruzar com os dados do comércio exterior brasileiro, relacionando com a hipótese levantada acerca do nosso nível de comércio e possíveis relações comerciais com a Índia.

Um segundo levantamento de dados foi realizado nos *sites* do Ministério da Economia e *Comex Stat*. Nesta verificação os dados coletados são referentes às relações comerciais do Brasil com Índia e China no período de 2011 a 2022, tanto importações quanto exportações, e dados da balança comercial brasileira, para que se possa entender o tamanho de suas participações no total do comércio exterior brasileiro.

Apoiado nos dados extraídos foi empreendido o uso de procedimentos estatísticos, tais como: médias, estatística descritiva, teste de hipótese e variações percentuais para o tratamento dos dados a fim de obter resultados que auxiliem a esclarecer os rumos da pesquisa.

A respeito dos testes de hipótese, foram realizados dois testes, utilizando a ferramenta de análise de dados do Excel - Teste-t: duas amostras em par para médias. O primeiro verifica se é possível afirmar que no período de 2011 a 2019, excluindo-se 2020

e 2021 por serem anos atípicos devido à pandemia da covid-19, a média de crescimento do PIB indiano seria maior que o chinês. O segundo verifica a mesma hipótese, porém para o período de 2022 a 2027, que seriam as previsões do FMI para o crescimento do PIB desses países. O intuito é realizar um comparativo entre a situação consolidada e as previsões realizadas para o cenário econômico.

O Teste-t de amostras em pares pareadas é um método estatístico usado para comparar médias de duas amostras relacionadas. O Teste-t pode ser utilizado para “determinar se existe alguma diferença significativa em termos das médias aritméticas das populações” (LEVINE, 2017, p. 340).

Portanto, para se chegar a tais metas, a pesquisa percorrerá o caminho metodológico quantitativo a partir do levantamento e da análise dos dados com o uso de estatísticas e indicadores; e qualitativo, no que compete ao referencial teórico. Assim, a projeção para o final do trabalho é oferecer visibilidade ao fluxo de comércio internacional brasileiro com a China e a Índia, e, assim, demonstrar a incipiência do comércio brasileiro com a Índia, apontando que o Brasil será impactado positivamente no caso de estreitar os laços comerciais com a Índia.

3 ANÁLISE DADOS

3.1 CRESCIMENTO REAL DO PIB DE CHINA E ÍNDIA

A amostra de dados coletada do FMI traz os dados de porcentagem de crescimento real do PIB da China e Índia, a fim compreender os movimentos de crescimento econômico dessas duas nações e possível ascensão da Índia. Para verificar as seguintes premissas, verifica-se o movimento de desaceleração da China e intensificação no desenvolvimento indiano.

Segundo a TAB. 1, desde 2011 a China vem apresentando baixas na sua taxa de crescimento.

TABELA 1 — FMI - PIB crescimento real

Ano	China	Índia
2011	9,6	6,6
2012	7,8	5,5
2013	7,8	6,4
2014	7,4	7,4
2015	7,0	8,0
2016	6,9	8,3
2017	6,9	6,8
2018	6,8	6,5
2019	6,0	3,7
2020	2,2	-6,6
2021	8,1	8,9
2022	4,4	8,2
2023	5,1	6,9
2024	5,1	7,0
2025	5,0	7,0
2026	4,9	6,5
2027	4,8	6,2

FONTE: FMI (2022)

Nota: dados trabalhados pelos autores.

Antes desse período apresentava taxas de crescimento mais elevadas, com dois dígitos. Porém, deste ano em diante não houve um percentual tão relevante, pelo contrário, houve uma redução durante o intervalo analisado. Dando destaque a 2019, ano pré-pandemia, com uma taxa de apenas 6%.

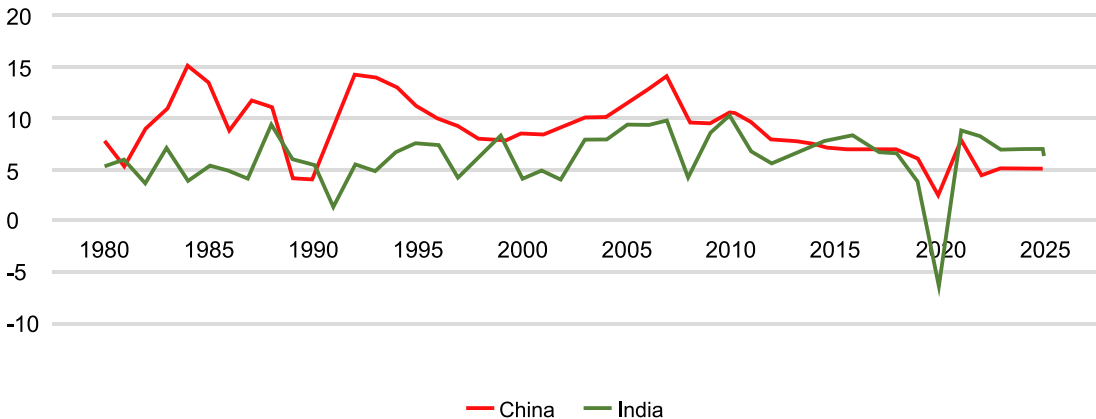
Em 2020, ano da pandemia, a Índia apresentou uma taxa de 2,2% e, em 2021, teve uma recuperação impulsionada por melhorias nas condições pandêmicas, como a vacina, fechando com 8,1%, e com previsão de fechamento para 2022 de 4,4%, voltando a cair.

Já a China, vem apresentando algumas instabilidades em sua estrutura econômica, o que têm contribuído para o declínio de suas taxas de crescimento. Além disso, os chineses atingiram um patamar econômico no qual sua economia tornou-se mais complexa, onde a mão de obra já não é mais tão barata, possuem forte agregação de valor na produção e detêm uma produção em escala muito forte. Por esse motivo, o país está posicionado como uma das maiores economias do mundo. Com isso, deixa-se esclarecido que quando se diz em desaceleração chinesa, não está se afirmando que a China deixou ou deixará de ser um dos principais *players*¹² internacionais, mas, sim, que sua economia chegou a certo nível de estabilidade que é característico de grandes economias.

¹² O termo *Player* é utilizado para fazer referência aos agentes atuantes em determinado mercado, nesse caso faz referência aos países que atuam no mercado internacional.

Por outro lado, os indianos, a partir de 2011 tiveram elevações nas taxas de crescimento econômico, mantendo-as bem próximas às da China e, em certos anos, até mais alta, como em 2015 e 2016. Contudo, o ano de 2019 foi um ano ruim para a Índia, com uma taxa de apenas 3,7% que, junto com -6,6% em 2020, derrubam a média do país deixando-os abaixo da China. Para uma melhor visualização, ver GRÁF. 1 a seguir:

GRÁFICO 1 — FMI – PIB crescimento real em %



FONTE: FMI (2022)

Nota: dados trabalhados pelos autores.

Apesar desses dois anos de baixa, a Índia teve uma recuperação expressiva em 2021, obtendo uma taxa de crescimento real do PIB de 8,9% e com previsão de fechar 2022 com 8,2%. Diante disso, observa-se certo grau de alavancagem na taxa de crescimento indiano.

Dentro da amostra de dados do FMI há, também, as previsões para as taxas de crescimento real do PIB, estas são para um período de seis anos, indo de 2022¹³ até 2027. Conforme estatística aplicada nessa previsão, temos que a média da taxa dos indianos é de 6,97% e a dos chineses 4,88%, levantando o questionamento acerca da liderança da taxa de crescimento econômico, posto que pertence aos chineses a tempos.

A fim de se verificar essa questão acerca da liderança mundial nas taxas de crescimento econômico realizaram-se dois testes de hipótese para comparar o período consolidado e as previsões do FMI, excluindo-se os anos de 2020 e 2021, pois foram anos atípicos devido à pandemia.

Portanto, o primeiro teste que abarca de 2011 a 2019, questionando se a média de crescimento do PIB da Índia seria maior que o da China, dentro desse intervalo de tempo, trouxe um p-valor de 91,499% para um alfa de 5%. Sendo assim, foi aceito a

¹³ 2022 aparece como um ano dentro do período de previsão porque quando os dados foram coletados ainda não havia fechado o ano e por conta disso esse ano aparece como previsão.

hipótese H0 e rejeitada a hipótese H1, ou seja, não é possível afirmar que neste período a média do crescimento do PIB indiano seja maior que o chinês.

E o segundo teste que traz o mesmo questionamento de hipótese, porém feito para o período da previsão, 2022 a 2027, é possível aceitarmos que a Índia terá uma média da taxa de crescimento econômico maior que a China, pois o p-valor de 0,1012% é inferior ao alfa de 5%, rejeitando a hipótese H0 e aceitando H1.

A partir do resultado e comparação dos testes entende-se que vêm se abrindo a possibilidade de a Índia ser a liderança em termos de crescimento econômico. Dessa forma, tendo em vista os movimentos que essas duas economias vêm desempenhando e as previsões feitas para os anos que virão, nos caberá perguntar acerca das relações que o Brasil tem com esses *players* internacionais, a fim de verificar que impactos isso traz para o comércio exterior brasileiro.

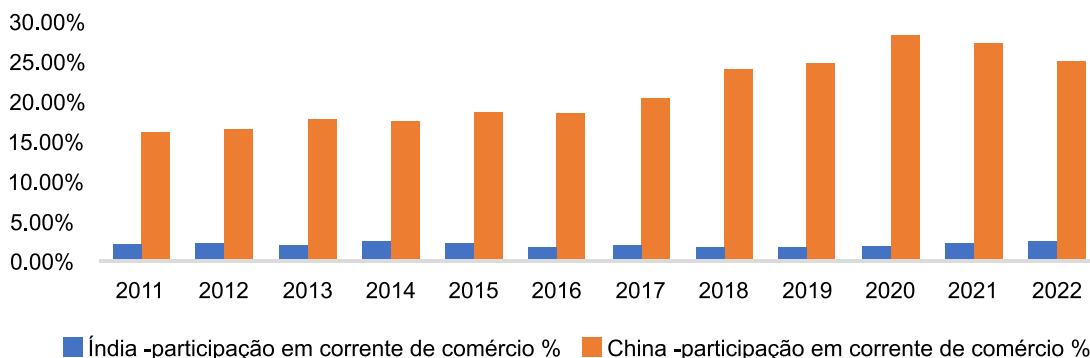
Portanto, se faz necessária averiguação do nível de relação comercial com essas nações, já que a China é um dos nossos principais parceiros comerciais, o qual está experimentando um movimento de desaceleração das suas taxas de crescimento econômico. E, em relação à Índia, que apesar de termos relações comerciais, cabe verificarmos qual nível de força dessas relações.

3.2 ANÁLISE DO COMÉRCIO BRASIL – CHINA – ÍNDIA

As informações para analisar as relações comerciais brasileiras com a Índia e a China foram extraídas dos *sites* governamentais, sendo do Ministério da Economia e do *Comex Stat*. A partir dos dados coletados utilizou-se da estatística para tratamento e análise desse material.

O período de análise é de 2011 a 2022, observando a representatividade desses países para o comércio internacional brasileiro. Os chineses, sendo nosso maior parceiro comercial, na média corrente de comércio, ou seja, tudo que é comercializado englobando exportações e importações, correspondem a 20,97% do total que o Brasil comercializa com o mundo, enquanto a Índia possui apenas 2,09%. Conforme GRÁF. 2.

GRÁFICO 2 — Participação no total em corrente de comércio brasileiro — em %

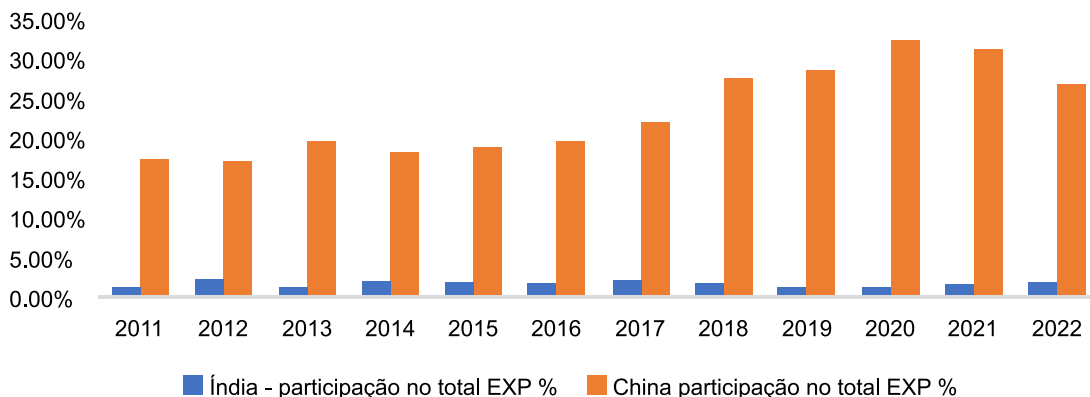


FONTE: Ministério da Economia (2022; 2023); Comex Stat (2022; 2023)

Nota: dados trabalhados pelos autores.

Suas representações, em média, nas nossas exportações são de 23,33% e 1,74%, respectivamente. E, nas importações são de 18,11% e 2,50%, conforme GRÁF. 3 e GRÁF. 4 a seguir.

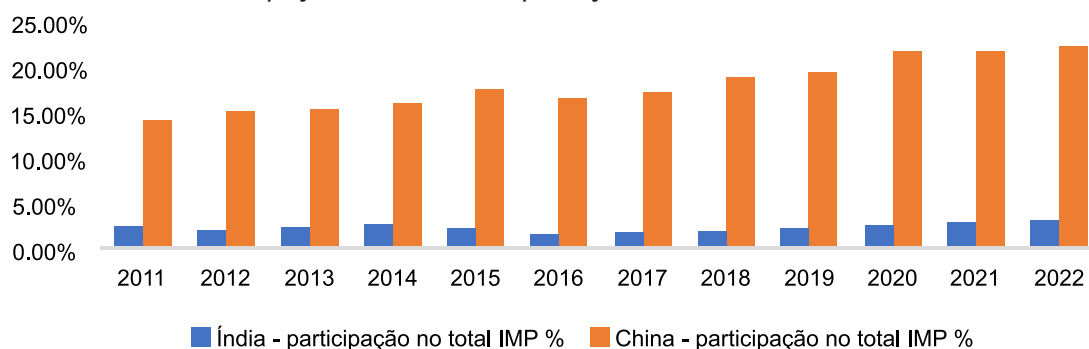
GRÁFICO 3 — Participação no total das exportações brasileiras — em %



FONTE: Ministério da Economia (2022; 2023); Comex Stat (2022; 2023)

Nota: dados trabalhados pelos autores.

GRÁFICO 4 — Participação no total de importações brasileiras — em %



FONTE: Ministério da Economia (2022; 2023); Comex Stat (2022; 2023)

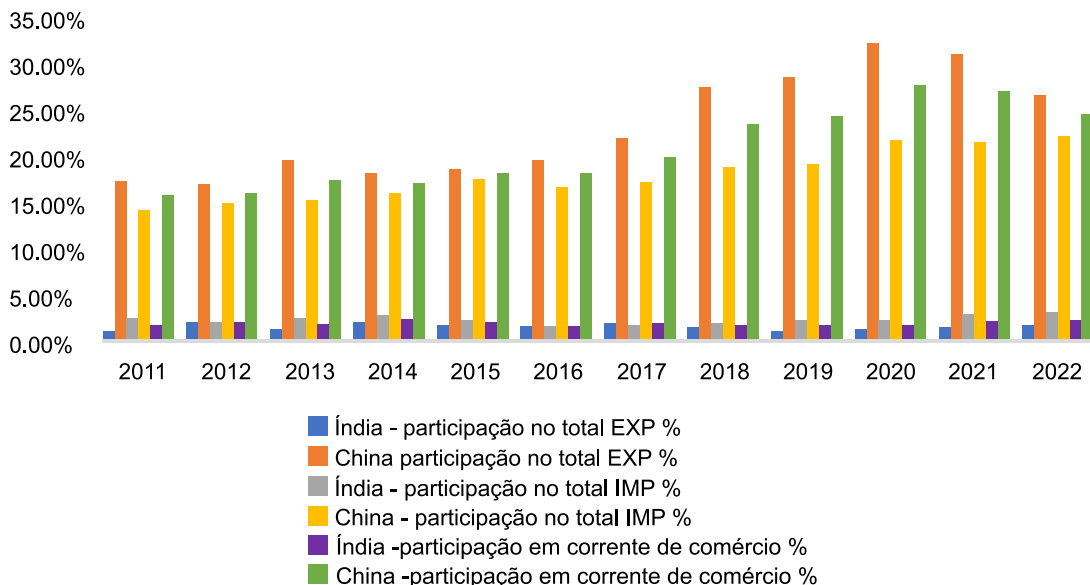
Nota: dados trabalhados pelos autores.

O ano com maior participação chinesa na corrente de comércio e nas exportações é 2020 com 27,87% e 32,41%, respectivamente. Contudo, as importações em 2022 foram de 22,28%. Com isso, nota-se que mesmo que o PIB chinês venha apresentando um enfraquecimento, conforme se vê na tabela 1 e gráfico 1, sua representatividade para nosso comércio, vendo a corrente de comércio, aumentou de forma significativa, indo de 16,01% em 2011 para 24,75% em 2022, uma variação percentual de 54,63%. Conclui-se que não é à toa que a China é o maior parceiro comercial do Brasil.

Em 2014, a Índia teve a maior porcentagem de participação no total da corrente de comércio, com 2,53%. Já as exportações, foram 2,32% em 2012 e as importações 3,25% em 2022. Contrariamente à China, que aumentou sua representatividade no comércio brasileiro de forma significativa, a Índia foi de 1,93% em 2011 para 2,50% em 2022 e sua representação na corrente de comércio teve uma variação percentual de 29,62%, mesmo tendo elevação na sua taxa de crescimento econômico.

Observa-se que, dentro do mesmo período, a Índia tem uma porcentagem baixa, principalmente em comparação com a China, em sua participação nos totais do comércio internacional brasileiro. Conforme explicitado acima, sua representatividade média no total da corrente de comércio, nas exportações e nas importações, é ínfima, o que denota um comércio relativamente baixo com a Índia, conforme se visualiza abaixo no GRÁF. 5.

GRÁFICO 5 — Participação no comércio brasileiro — em %



FONTE: Ministério da Economia (2022; 2023); Comex Stat (2022; 2023)

Nota: dados trabalhados pelos autores.

Dado o exposto, constata-se que não se obtém o mesmo desempenho e representatividade nas nossas relações comerciais por parte da Índia. O que se verifica é algo bem mais incipiente e com uma constância rígida em relação a variação de sua taxa de crescimento.

A partir dos dados levantados, verifica-se também que o saldo comercial brasileiro com a China é positivo, ou seja, exportamos mais do que importamos para os chineses e em relação aos indianos o saldo comercial é negativo, mais importações do que exportações. E, para o Brasil é mais vantajoso ter um saldo comercial positivo, pois assim a Balança Comercial será positiva e reduzirá o impacto das outras contas negativas do Balanço de Pagamentos.

Vale ressaltar que durante os anos de 2014 a 2018 China e Índia tiveram suas taxas de crescimento muito próximas, como pode ser visto na TAB. 1. Inclusive, os anos nos quais a Índia superou a China.

O ano de 2019 foi ruim para a Índia e 2020, ano de início da pandemia, baixou o desempenho indiano ainda mais, colocando em evidência que a China teve um impacto menor que a Índia. Contudo, em 2021, o país indiano volta a ter uma taxa mais elevada, acompanhando de perto pela China e, segundo as previsões do FMI, terminaria 2022 com praticamente o dobro da taxa chinesa.

Para contextualizar os produtos-chave das transações do Brasil com os dois

países, foram levantados os focos de exportações e importações (em valores) no período 2017 a 2021. Para o comércio com a China, o Brasil mantém exportação forte em três produtos: óleo de soja, minério de ferro e petróleo bruto, enquanto a China exporta ao Brasil diversas NCMs¹⁴, sem ênfase em um produto em especial, chegando à concentração máxima de 8% ao longo dos anos. Ao passo que, o comércio com a Índia tem uma crescente exportação brasileira de petróleo Cru, chegando a quase metade do total do valor exportado, e importação de medicamentos e petróleo refinado em porcentagens, na faixa dos 15% cada (SIMÕES, 2021).

Perante o exposto e das respectivas representatividades nos totais do comércio exterior brasileiro reflete-se acerca das relações incipientes com a Índia. Visto que vem apresentando elevações nas taxas de crescimento econômico, o país asiático merece certa atenção do comércio exterior brasileiro, que poderia aumentar seu fluxo comercial tanto para obter um saldo positivo nas relações com a Índia quanto para se tirar um pouco do peso da dependência da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado os movimentos ocorridos na atual conjuntura econômica mundial, observam-se dois movimentos interessantes para se refletir quando se pensa no comércio exterior brasileiro. Esses movimentos são referentes à desaceleração da taxa de crescimento econômico da China e a elevação das taxas da Índia.

Posto isto, levantou-se questões acerca dessa dinâmica internacional em relação ao Brasil, ou seja, quais os impactos isso traz aos brasileiros. Portanto, para averiguar essas hipóteses foram coletados dados que nos mostram como são esses movimentos e dados que mostram o comportamento das economias asiáticas no comércio brasileiro.

A partir dos dados que traz as taxas de crescimento dos países asiáticos, coletados do FMI, observa-se que a China vem tendo reduções em sua taxa indo de 9,6 em 2011 para 8,1 em 2021, e que as previsões que foram feitas pelo FMI, de 2022 a 2027, para o crescimento de seu PIB são baixas, principalmente se levar em conta o padrão que os chineses vinham mantendo. Por outro lado, ao ver o PIB indiano, constata-se que veio apresentando elevações, indo de 6,6 para 8,9 no mesmo período, ficando muito próximo dos chineses e até mesmo ultrapassando-os em alguns anos.

Além disso, nas previsões para as taxas de crescimento econômico verifica-se que

¹⁴ Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é um sistema de identificação de produtos utilizado na América do Sul.

a Índia se manterá acima da China, conforme resultado feito pelo teste de hipótese, indicando estatisticamente que a média de crescimento do PIB da Índia será maior que o da China dentro do período de previsões do FMI. Essas observações fecham a primeira parte da análise que se pretende nesse artigo, demonstrando a possível estagnação chinesa e ascensão indiana.

A segunda etapa da análise consistiu em verificar as participações dos países asiáticos no comércio exterior brasileiro. Para tal, foram coletados dados da balança comercial, no Banco Central, Ministério da Economia e *Comex Stat*.

Com base nessas análises, foi possível enunciar algumas observações. Primeiramente, a China é um grande parceiro comercial do Brasil e sua representatividade média no comércio brasileiro é muito grande, 20,97%, e que, mesmo apresentando decréscimo do PIB, houve até um aumento em sua participação no comércio com o Brasil. Além disso, nosso saldo comercial com os chineses é positivo, ou seja, exportamos mais do que importamos. Revelando-se uma vantagem para o Brasil, já que dependemos de uma Balança Comercial positiva para compensar as contas negativas das Transações Correntes no Balanço de Pagamentos, que são a Balança de Serviços e a Renda Primária.

Outra questão abordada pelos objetivos da pesquisa é o tamanho do volume de comércio que temos com a Índia. Ao contrário dos chineses, os indianos possuem uma baixa representatividade média no comércio exterior brasileiro, sendo apenas 2,09%. Não se espera que a Índia tenha o mesmo volume comercial que a China, dado o tamanho e desenvolvimento de suas economias.

Contudo, uma questão importante é a constância que o comércio com os indianos apresenta, ou seja, além da baixa representatividade no nosso comércio exterior, não apresentou nem aumentos e nem declínios significativos, mesmo com as elevações nas taxas de crescimento econômico, levantando a questão se estamos perdendo oportunidades no mercado indiano. Cabe mencionar também que temos um saldo negativo com a Índia, ao contrário do saldo que temos com os chineses, que não é bom para nossa balança comercial.

Em suma, o que se pode observar é que nossa relação com a Índia é ainda incipiente, visto que eles vêm obtendo maiores taxas de crescimento econômico, não havendo aumento significativo da relação comercial, e que esses aumentos mexem na dinâmica do crescimento econômico mundial. Além disso, o artigo fornece como última análise, a evolução da relação entre Brasil e Índia, destacando os pontos positivos e os desafios que ainda precisam ser enfrentados. É evidente que os dois países têm muito a ganhar com uma cooperação mais estreita, especialmente no setor privado, e é importante que os esforços nesse sentido continuem a ser feitos, pois há grandes oportunidades de negócios.

REFERÊNCIAS

- APPLEYARD, D. R.; FIELD JR., A. J.; COBB, S. L. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- BARBOSA, M. J.; SOUSA, N. J. Padrões do crescimento econômico da Índia: estrangulamentos e perspectivas. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 28, p. 27-51, jul./dez. 2008.
- BASTOS, C. A. V. **Cooperação Brasil – Índia**: trajetórias de aproximação. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- BASTOS, E. K. X. Panorama da economia mundial. **Carta de Conjuntura**, n. 57, nota 16, out./dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Balança comercial**: dados consolidados. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acessos em: 19 dez. 2022; 02 mar. 2023.
- CARVALHO, M. A. D.; SILVA, C. R. L. D. **Economia internacional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY — CIA. **The World Factbook 2011**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- COMEX STAT. **Exportação e importação geral**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acessos em: 19 dez. 2022; 02 mar. 2023.
- CUNHA, A. M.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global: características e implicações. In: CARDOSO JR., J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Orgs.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento**: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: IPEA, 2009. p. 343-396.
- DAMAS, R. D. **Economia chinesa**: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China. São Paulo: Saint Paul, 2014.
- GUIMARÃES, L. L. **Política externa e segurança**: perspectiva indiana. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. p. 1-38.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND — FMI. **Real GDP Growth**. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/CHN/IND/USA/EU. Acesso em: 06 set. 2022.
- LEVINE, D. M.; STEPHAN, D. F.; SZABAT, K. A. **Estatística**: teoria e aplicações usando MS Excel em português. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- LIMA, M. C. Índia: avanços, problemas e perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3., Rio de Janeiro, 2008. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. p. 87-100.
- MACRO TRENDS. **China population 1950-2023**. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/countries/CHN/china/population>. Acesso em: 05 out. 2023.
- MACRO TRENDS. **India population 1950-2023**. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/countries/IND/india/population>. Acesso em: 05 out. 2023.

NOTESTEIN, F. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (Ed.). **Food for the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1945. v. 37. p. 36-57. Disponível em: <https://u.demog.berkeley.edu/~jrw/Biblio/Eprints/126grad/Notestein/notestein.1945_pop.long.view.pdf> Acesso em: 08 mar. 2023.

PIMENTEL, J. S. Índia. In: **O Brasil no mundo que vem aí: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2006. p. 367-403.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO — PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PORTER, M. E. The competitive advantage of nations. **Harvard Business Review**, v. 73, p. 91, 1990.

RODRÍGUEZ, R. V. Os Brics e a globalização: perspectivas da Índia e do Brasil. **Revista Liberdade e Cidadania**, ano 3, n. 10, 2010.

SIMÕES, A. Observatory of Economic Complexity (OEC). **Profile - Bilateral Country**. V5.1.15 owl. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/ind>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SOUSA, F.; KUHLMANN, P.; FREITAS, J. A política externa indiana: do desenvolvimentismo ao pragmatismo nas relações internacionais. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 2, p. 213-234, 2016.

VASQUEZ, K. C. Relações Brasil - Índia além dos 70 anos. **FUNAG**, 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Brasil-India-além-dos-70-anos-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

WILSON, D.; PURUSHOTHAMAN, R. Dreaming with BRICs: the path to 2050. **Goldman Sachs**, ano 99, 1 out. 2003. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.